

Povoamento do Rio Grande do Sul (*)

I — A CONQUISTA E A OCUPAÇÃO LUSO-BRASILEIRA: A INCORPORAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A COLONIZAÇÃO DOS CAMPOS GAÚCHOS

Maria Luiza Lessa Curtis (**)

Colocando-se em quarto lugar entre as unidades federadas, do ponto-de-vista demográfico, o Rio Grande do Sul, que constitui, ainda, um apreciável potencial econômico para o país, foi, todavia, a última a receber os influxos da colonização lusitana.

Pela própria posição geográfica, na periferia dos domínios portugueses na América, em terras contestadas pela Espanha, e principalmente sem oferecer à Metrópole, em proporções relevantes, os produtos exóticos dos climas tropicais ou pedras e metais preciosos, cotados nos mercados europeus da época, o território gaúcho, por longo tempo, pouco interesse despertou a Portugal.

Somente no século XVIII, decorridos mais de 200 anos da descoberta do Brasil, o «continente de São Pedro do Rio Grande se fez brasileiro», na justa expressão de Afonso Arinos, fato que constitui, sem dúvida, um dos mais importantes acontecimentos de nossa história colonial naquela centúria.

«Antes disso, oscilava ao sabor dos mal sabidos limites meridionais entre as terras de Portugal e Castela, sendo, porém, predominantemente, a impressão favorável à última, tanto que, de modo geral, as cartas geográficas dos séculos XVI e XVII excluem do Brasil o Rio Grande». (Afonso Arinos de Melo Franco: Desenvolvimento da Civilização Material do Brasil).

No seiscentos, é certo, empreenderam-se as primeiras tentativas de origem espanhola, merecendo ser citadas apenas como prelúdio que

foram da nossa civilização, ou por se lhe estar ligada, talvez, a origem do gado «chimarrão» dos Pampas, que constituiu a base econômica da ocupação do território, como adiante veremos.

Primeiras tentativas de colonização:

As Missões.

Na década de 1626-36, vindo do Paraguai, fundaram os Padres da Companhia de Jesus, vários aldeamentos de selvagens mansos (reduções) na margem esquerda do Uruguai. Os bandeirantes do «ciclo da preía ao índio» os destruíram, a partir de 1637, obrigando os religiosos a se retirarem para a outra banda do rio. Somente meio século depois, eles começaram a voltar, datando do século XVIII o florescimento dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai: São Nicolau, São Luiz, São Miguel, Santo Ângelo (que resurgiram no ponto onde foram fundadas na primeira fase da dominação jesuíta); São Borja, São Lourenço e São João (iniciando-se a partir de 1687).

Com reveses vários, a região missioneira tornar-se-ia de domínio português, porém, apenas no século XIX, quando já decadente ou quase despovoada (como também adiante veremos e aqui apenas adiantamos).

Causa da exploração inicial.

Fora essas «reduções», embora percorrido intermitentemente pelas bandeiras piratinínganas, desde início do século XVII, já este declinava e todo o território que compreende o Rio Gran-

(*) Trabalho contido no «Atlas do Rio Grande do Sul» (síntese geográfica organizada na Seção de Geografia), em vias de impressão.

(**) Geógrafa do Conselho Nacional de Geografia, destacada para a Secretaria de Educação e Cultura, do Rio Grande do Sul.

de do Sul permanecia uma área deserta, que nem portugueses nem espanhóis se haviam preocupado em ocupar.

Caberia a Portugal a iniciativa de explorá-lo (embora presumivelmente se tratasse de terras castelhanas, como dissemos, e de fato o eram, de acordo com o Tratado de Tordesilhas), buscando estender seus domínios até o rio da Prata, onde lançara, em 1680, a Colônia do Sacramento, que, como marco avançado de seu poderio, tornar-se-ia o motivo secular das lutas cisplatinas.

Lutas estas, como sabemos, em que Portugal (também com reveses vários) perderia a Colônia, e uma boa parte dos Pampas, mas lhe assegurariam a posse das terras que se estendiam mais ao norte e que são as terras rio-grandenses.

A causa imediata da exploração da baixada litorânea, por onde se iniciou a ocupação luso-brasileira, foi a necessidade de estabelecer comunicações terrestres entre os centros populacionais vicentistas e o platino, a Colônia, onde Portugal vinha desenvolvendo comércio com os núcleos coloniais espanhóis.

O gado «chimarrão» força propulsora do povoamento, em seus primórdios.

Todavia, a grande força propulsora do povoamento inicial do Rio Grande foi o gado «chimarrão». Segundo alguns autores, quando de sua evasão, em 1637, os jesuítas teriam abandonado, em seus aldeamentos, gado, que aí haviam introduzido, criando estâncias. Gado que seria a semente daqueles «grossos» rebanhos bravios descobertos às soltas, vagando nas campinas gaúchas, ainda vazias de homem civilizado.

Controvertida embora esta opinião, fôsse qual fôsse sua origem, o que importa é que uma gaderia, encontrando nos campos naturais de que é tão favorecido o Rio Grande, condições muito propícias ao seu desenvolvimento, cresceu desassombradamente, à gandaia, transformando-se em incalculável potencial econômico, de cuja existência, ao sul do Jacuí, se veio a ter conhecimento desde os primeiros séculos da colonização: a «Vacaria do Mar».

Assim, além dessas expedições exploradoras e das tropas posteriormente destacadas para a defesa do território, vieram estabelecer-se correntes de paulistas que este tesouro atraíu.

As correntes paulistas.

Duas foram as correntes originárias de São Paulo que demandaram às planuras gaúchas em busca do «ouro móvel»: uma, a que, irradiando-se de São Vicente (1532), desce pelo litoral até Laguna; a outra, tendo a Sorocaba como ponto inicial (1598), se arremessa, meio século mais tarde, pelo interior, através dos sertões do planalto meridional, em direção à planície platina.

Laguna, primeiro ponto de apoio à expansão povoadora.

Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1684 presumivelmente), que, extremando a linha de Tordesilhas, constituía, ao expirar o século XVII, o ponto mais avançado de conquista e povoação efetiva que os intrépidos vicentistas vinham realizando sobre o litoral do Brasil Meridional, constituiu o primeiro centro de apoio para a expansão povoadora do extremo sul.

Fundador, como seu pai, da pequenina povoação catarinense, Francisco de Brito Peixoto foi o elemento pioneiro a excursionar às planuras que se lhe estendiam para diante, rebuscando o Jacuí a procura de Jazidas de ouro e prata ou encaminhando-se aos Pampas a alcançar cavalos e gados. (General Borges Fortes — A Frota de João de Magalhães).

Ao que tudo indica, outros bandos de aventureiros teriam, partindo de Laguna, percorrido a baixada litorânea, dirigindo-se à Colônia quando firmam relações de amizade com os índios minuanos, com eles travando comércio em torno do gado.

O roteiro seguido por esses precursores da exploração regular do litoral teria sido, certamente, o que descreveu Domingos Figueiras, em 1703, inteiramente ao longo da orla costeira e o qual prova que permaneciam ainda desocupadas as terras que separavam Laguna da Colônia.

Mas, não tardaria Brito Peixoto a receber a incumbência oficial de desbravar a região. Em 1772 é enviada a «frota (que antecipamos vitoriosa) de João de Magalhães», (genro de Brito Peixoto), que percorre toda a planície que margeia a costa, garantindo a «passagem do Rio Grande» (Borges Fortes — obra citada).

A partir de então, os lagunistas, auxiliados pelos selvícolas, passam a retirar o gado em maiores quantidades da «Vacaria do Mar», estabelecendo-se duas linhas de penetração: uma partindo da Colônia do Sacramento e outra da Lagoa dos Patos, em direção à Laguna, que se vai tornar, assim, o primeiro centro de charqueadas no sul do país, exportando, em larga escala, carnes salgadas e couros.

«Caminho da Praia», primeiro caminho de gado.

Firma-se ao longo percurso que medeia as duas povoações, a platina e a catarinense, o primeiro «caminho de gado», o «caminho da praia», que aqueles pioneiros enxameiam de invernadas, que se transformariam, posteriormente, em currais, embriões das primeiras estâncias gaúchas.

As minas auríferas.

É importante salientar que um fato ocorrido a grande distância vem refletir, agora, a sua influência neste incipiente comércio de animais que se organizava no sul do país: a exploração intensiva das minas auríferas.

Realmente, a fascinação exercida pelo ouro acarreta, para as regiões que acabavam de revelar-se ricas do precioso metal, afluxo vertiginoso de uma população absorvida exclusivamente no trabalho das «catas», criando o problema do abastecimento de certa massa de mineiros, problema que assume, por vezes, uma gravidade alarmante.

É quando se patenteia o valor econômico daqueles rebanhos que proliferavam aos milhares nos pastos rio-grandenses, trazendo os paulistas aos campos dos «Pampas».

A exploração efetiva do ouro não tardaria, ainda, a gerar um novo problema: o do transporte de mercadorias a grandes distâncias, para o qual adotou-se, como medida salvadora, o lombo do burro (de tanta significação no passado do Brasil e ainda hoje usado no interior, nos lugares onde há deficiência de meios de transporte), salientando-se o Rio Grande do Sul, uma vez mais, como fonte abastecedora de animais de carga.

Surge, desta feita, a figura do tropeiro, abrindo novos caminhos, que transita num vai-e-vem incessante, transportando das campinas meridionais tropas assombrosas de muares para o sertão aurífero, estabelecendo-se uma verdadeira interdependência econômica entre as zonas mineradoras e o sul pastoril.

E, não será demais adiantarmos que «feitos, durante o século XVII, provisoriamente, caçadores de índios ou exploradores de ouro» os bandeirantes paulistas vão transformar-se no setecentos, em pastores, constituindo-se, a grande força colonizadora de nossas áreas de campo.

Assim, a descoberta do ouro não só iria determinar a formação de uma verdadeira civilização nos sertões auríferos, mas projetar sua influência muito longe, na sociedade pastoril que se fundaria, no século XVIII, no interior dos estados meridionais.

Busca das comunicações terrestres com São Paulo.

A primeira consequência que advém do incremento comercial do gado é a busca das comunicações terrestres entre os centros fornecedores e São Paulo, o grande mercado distribuidor dos animais.

O litoral, arenoso recoberto-se de pastagens magras, em geral, era inadequado ao longo trânsito das tropas. Fazia-se mister galgar a serra e alcançar o planalto interior, cujo relevo suave, revestido de prados naturais, intercalados de áreas florestais, mas suficientemente curtas, facilitava o transporte da gaderia e oferecia a alimentação necessária.

Caminho de Souza Faria, a Estrada dos Conventos

Em 1728-30, Souza Faria realiza a primeira etapa deste empreendimento difícil, subindo (do local chamado Conventos, no litoral de Santa Catarina) o vale do Araranguá e atingindo, no alto, os campos catarinenses de São Joaquim, deles passando aos de Lajes e Curitiba. Depois, rompendo um trecho de matas, que ficaria conhecido pelo sugestivo nome de «Caminho da Mata», transpõe o rio Negro (no ponto em que surgiria o Povoado da Capela da Mata, embrião das atuais cidades gêmeas de Mafra e Rio Negro), achando, nos campos gerais do Paraná, o caminho natural que levaria às campinas de Sorocaba.

O célebre «Caminho do Sul».

Estava esboçado, assim, o célebre «caminho do sul» (ou ainda «caminho dos gados», «caminho das tropas»), por onde circulariam as correntes povoadoras de maior projeção para o Brasil Meridional.

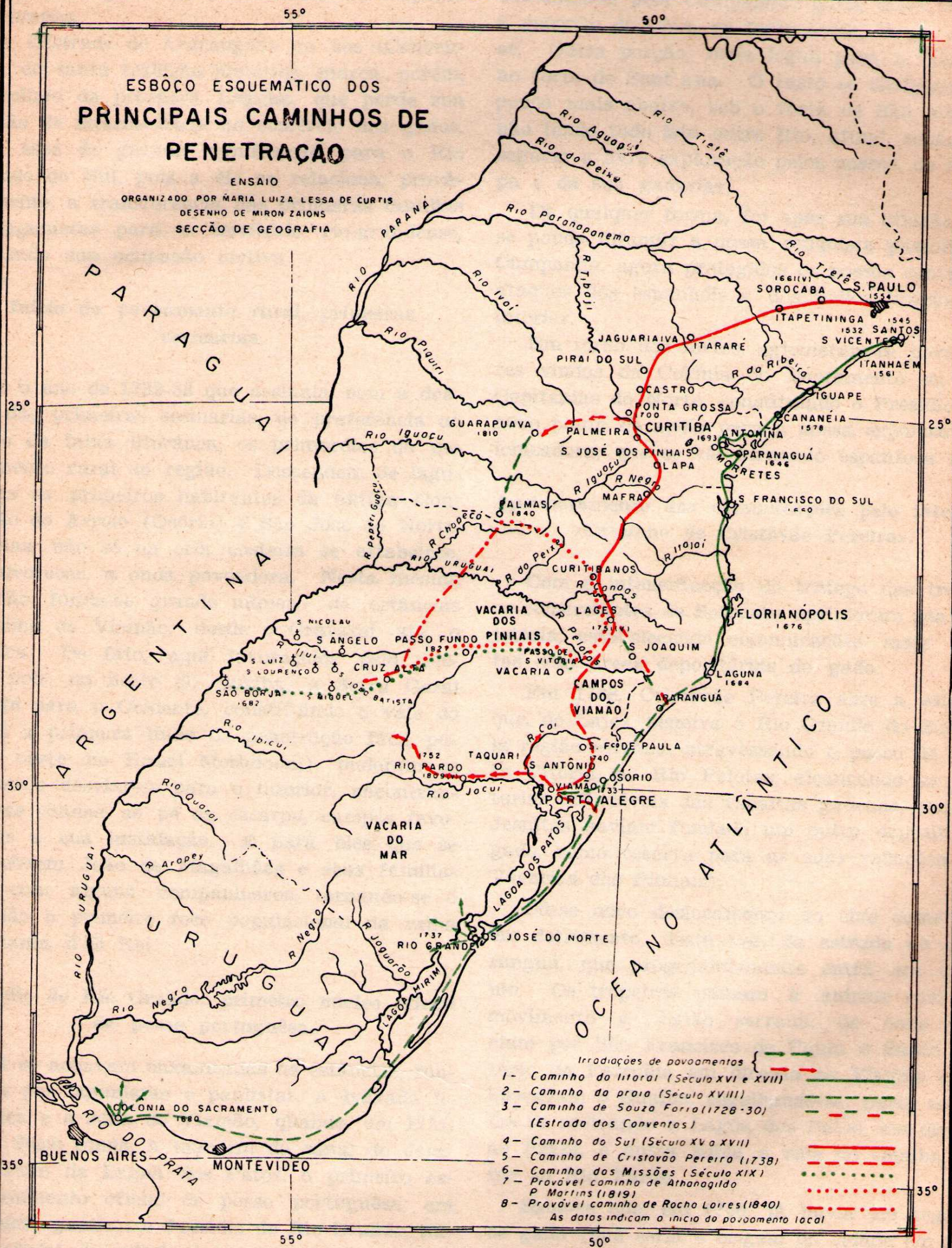
Por esta ocasião, evidencia-se a figura de Cristóvão Pereira, paulista líder nas arreadas aos campos rio-grandenses: é quem retoca a estrada aberta por Faria, transportando por ela, em 1730-32, a primeira tropa pelo interior para São Paulo.

Sorocaba, centro de apoio para as correntes interioranas.

É, agora, que se vai organizar a corrente de paulistas que se apóia em Sorocaba, a qual, colocada a meio do caminho, sem gênero de vida definido, dedicar-se-ia ao comércio de ani-

ESBÔÇO ESQUEMÁTICO DOS PRINCIPAIS CAMINHOS DE PENETRAÇÃO

ENSAIO
ORGANIZADO POR MARIA LUIZA LESSA DE CURTIS
DESENHO DE MIRON ZAIONS
SECÇÃO DE GEOGRAFIA



mais, comprando-os no sul, para vendê-los no norte. (Nice L. Miler — Função Econômica da Cidade de Sorocaba).

Partindo daí, descem numerosos os tropeiros pelos platôs da interlândia, indo somar-se, no litoral, aos lagunistas, procurando, em conjunto os Pampas.

A «Estrada de Araranguá» ou dos «Conventos», de tanta tradição histórica, marca, porém, o declínio da próspera Laguna, que perde sua função de intermediária no comércio dos gados, fato êsse de grande significação para o Rio Grande do Sul, pois a êle se relaciona, provavelmente, a transferência das primeiras famílias de lagunistas para o território rio-grandense, iniciando sua ocupação efetiva.

Início do povoamento rural, primeiras sesmarias.

É o ano de 1732-33 que assinala, com a doação das primeiras sesmarias, de preferência ao longo da faixa litorânea, os primórdios do povoamento rural da região. Descendem de lagunistas os primeiros habitantes da antiga Conceição do Arroio (Osório) e São José do Norte.

Mas, não só na orla costeira se estabelece, no alvorecer, a onda povoadora. Nesta mesma ocasião, funda-se grande número de estâncias na zona do Viamão, desde o Gravataí até o Guaíba. De fato, aqui favorecidos pelo relevo (pois, no norte do Guaíba, a Serra Geral inflete para o Ocidente, constituindo o vale do Jacuí a primeira linha de penetração fácil para o oeste, no Brasil Meridional), puderam os pioneiros desviar-se para o interior, encontrando nas colinas, ao pé da escarpa, campos favoráveis a sua instalação. É para êles que se transferem João de Magalhães e seus familiares, com alguns companheiros, tornando-se o Viamão o primeiro foco populacional da velha Capitania d'El Rei.

Presídio do Rio Grande: primeiro núcleo oficial de posse portuguesa.

Já se achavam enxameadas de estâncias, fundadas por lagunistas e paulistas, a baixada litorânea e a zona do Viamão, quando, em 1737, Silva Paes funda, à margem do canal do desagüamento da Lagoa dos Patos, o primeiro estabelecimento oficial de posse portuguesa em território gaúcho: o Presídio do Rio Grande, núcleo oficial da cidade do mesmo nome; estabelecimento cujo objetivo era criar base segura para as operações militares dos portugueses, na Colônia do Sacramento, mas teve transcendental importância na ocupação do Rio Grande.

Segundo Oliveira Viana (ob. cit.), com a fundação do forte do Rio Grande, Silva Paes não tinha mesmo apenas objetivos militares, pois «os habitantes do Presídio êle não os continha dentro dos seus muros; ao contrário, distribuía e disseminava pela Campanha: parte dêles ficava à margem do Chuí, no forte Jesus, Maria e José. Outra porção, meia légua para o interior, no forte de Sant'Ana. O resto se abrigava um pouco mais abaixo, sob o forte de São Miguel, não tendo tudo isto outro fito, afinal, senão assegurar a livre exploração pelos nossos, do Pampa e da sua gadaria».

De qualquer forma, foi após sua criação que se poudo difundir a nossa conquista pastoril da Campanha, agora protegidos os nossos contra os ataques dos espanhóis e dos índios bravios do interior.

Em tôrno dos fortes, aglomeram-se povoadores vindos da Colônia do Sacramento ou das Capitânias do Norte, constituindo o Presídio um nôvo ponto de apoio para a nossa expansão colonizadora, que se vai tornando espantosa.

Aprimoramento das comunicações pelo interior: «Caminho de Cristóvão Pereira».

Com a intensificação do tráfego das tropas, os comerciantes de Sorocaba aprimoram sua trajetória, estabelecendo comunicações mais diretas com áreas depositárias do gado.

Em 1738, Cristóvão Pereira abre a estrada que, de Lajes, penetra o Rio Grande do Sul pela região serrana, atravessando o passo de Santa Vitória, no Rio Pelotas, alcançando as pastarias infindáveis das vacarias gaúchas, onde os Jesuítas haviam fundado um outro depósito de gado, como reserva para as suas reduções (as Vacarias dos Pinhais).

Dá-se nôvo deslocamento do eixo comercial, em detrimento, desta vez, da estrada de Araranguá, que progressivamente entra em declínio. Os tropeiros passam a animar com seu movimento a região serrana, de onde desciam por São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha em direção ao Viamão e daí buscavam o Guaíba, esgalhando-se: parte espan-dia-se costeando a Lagoa dos Patos, em direção ao Prata, e outra subia o vale do Guaíba, rumo ao Rio Pardo.

Sabe-se que, em 1740, já havia um registro de gado (que seria a origem da cidade em Santo Antônio da Patrulha), atestando a passagem de grande número de animais que êles traziam, de regresso, para a célebre feira que se estabelece em Sorocaba (cuja fama se estenderia aos nossos dias).

Inicialmente simples traficantes, êsses condutores de tropas, pouco a pouco, se vão afa-zendando, continuando a obra de transformação das antigas invernadas em novas estâncias, que agora se multiplicariam nas imediações do Guaíba, avançando, outrossim, pelo vale do Jacuí e do Rio Pardo, até a região do Taquari.

Primeiros núcleos urbanos.

Ao mesmo tempo que se consolida o povoamento rural, com base na pecuária, firmam-se os primeiros núcleos urbanos. Apesar do Viamão ser o mais antigo, Rio Grande foi a primeira vila gaúcha, aí se estabelecendo, em .. 1751, a residência do Governador. Sômente em 1763, por ocasião da invasão espanhola, a sede do governo mudaria para Viamão.

Depois dêsses, o mais importante seria o Rio Pardo, originado em um forte, construído em 1752, com base militar para as expedições demarcatórias da fronteira (de acôrdo com o Tratado de Madrid), destinando-se, ainda, à defesa contra os Tapes (vila só em 1809). Origem semelhante, apenas de evolução mais lenta, teria Santo Amaro, outro centro urbano tradicional no Estado. Surgiria, ainda, em 1753, como guarda avançada do pôsto do Rio Pardo, a povoação de Passo do Fandango (cujo nome mudaria em 1779, para Cachoeira), marcando, não só o ponto onde o rio deixa de ser navegável por causa de uma queda d'água, como, possivelmente, a expansão máxima que, então, teriam atingido os criadores pelo vale do Jacuí.

Açorianos.

Era aproximadamente esta a marcha do povoamento quando, em 1752, desembarcaram, no Rio Grande, cerca de 300 casais açorianos, cuja imigração promovera a Coroa Portuguesa, já que se convencera da necessidade, mesmo depois da criação do Presídio, de estabelecer uma ocupação contínua ao longo do litoral meridional do Brasil, como único meio de garantir a sua posse.

Por ocasião da chegada dos ilhéus, havíamos perdido a Colônia do Sacramento em troca das Missões. Contudo, a colonização açoriana (embora não se tivesse coroado de êxito entre nós), conseguiu atingir sua finalidade última: completar a ocupação do litoral, da região do Viamão e das imediações do Guaíba, onde «os casais de número» viriam mesmo a constituir a base do povoamento regional (LYSIA BERNARDES: Enc. dos Mun. Bras. Vol. X).

Foram êles distribuídos aí em «lugares», especialmente criados para êste fim, de onde muitos se espalhariam pelas circunvizinhanças, sem, todavia, se internarem, pois reinava, no interior, uma situação instável, criada, não só pelo litígio com os espanhóis como pelas desordens promovidas pelos índios missioneiros, que deveriam abandonar o seu território para entregá-lo a Portugal (ainda conforme estipulava o Tratado de Madrid).

Com os açorianos, tentou-se nestas áreas um tipo de colonização agrícola «sui-generis» para, a época, em pequenas propriedades, apresentando características vivamente contrastantes com os hábitos semi-nômades dos criadores de gado.

Seriam, sobretudo, as margens do Guaíba, onde foram instalados 60 casais, o setor em que melhor se instalara a agricultura. Aí êles fundaram a povoação de «Pôrto dos Casais», cuja situação privilegiada lhes garantiria prosperidade, evidenciada desde 1772, com o seu desmembramento de Viamão, e com a mudança da capital para ela no ano seguinte, agora com o nome de Pôrto Alegre (vila em 1810).

Na faixa litorânea, merecem citação as povoações de Mostarda e Estreito.

Em suma, no Rio Grande do Sul, a colonização do litoral lagunar, da região do Viamão, das circunvizinhanças do Guaíba, foi fruto da ação conjugada dos criadores de São Paulo e dêsses casais de açorianos, além de algumas iniciativas de caráter militar, principalmente aquela da fundação do Presídio.

Como se vê, a colonização portuguesa setecentista pouco se afastou do litoral, no território gaúcho, o que, aliás, não poderia deixar de ser, pois era para êle o primeiro século.

Na Campanha, vimos como os criadores da Laguna e de Sorocaba cedo se expandiriam sobre ela, inicialmente obedecendo um impulso espontâneo, depois já apoiados pelo forte do Rio Grande, apropriando-se progressivamente desta grande região de campos da planície platina.

De fato, situado na extremidade meridional da Lagoa dos Patos, o forte gozava de situação especial como centro poderoso de expansão dos nossos colonizadores. E tanto que se tornou rápida, depois de sua criação, a nossa irradiação pastoril para a Campanha, onde, em 1763, decorridos menos de 1/4 de século, já possuíamos numerosos estabelecimentos estancieiros, cobrindo cerca de 100 léguas de latifúndios criadores, que se estendiam para o norte até as fronteiras do Rio Pardo e para o sul até Castilhos. (O. Viana, ob. cit.)

Todavia, sua ocupação só se tornaria definitiva e estável depois de encerrado o «ciclo das guerras cisplatinas», envolvendo a luta secular — primeiro contra os espanhóis, depois contra argentinos e paraguaios — já definidas (com grande felicidade) como «a cobertura pelo poder militar, dos pontos máximos de projeção da expansão povoadora de nossos criadores».

Sim, porque a nossa difusão (sobre terras, repetimos, que se presumiam castelhanas) provocou a reação dos espanhóis, manifestada no golpe de Ceballos, que, em 1763, investe sobre o território gaúcho, tomando o forte de Rio Grande, com o que se iniciam as lutas.

Na Campanha, o movimento colonizador encerra, assim, mais que em qualquer outra parte do país, um espírito guerreiro, porque é nas campinas meridionais que se chocam o interesse de duas Coroas que disputavam o território da América do Sul — a portuguesa e a espanhola, levando os nossos a se orientarem no sentido dos campos férteis das planícies dos Pampas e depois da região missioneira, repelindo, passo a passo, o rival, até fazer recuar as fronteiras dos domínios da Espanha para as margens do Uruguai.

Somente depois de encerrado o «ciclo sangrento da nossa difusão conquistadora», os caudilhos gaúchos vindos das lutas platinas espalharam estâncias em São Gabriel, em Bagé, em Dom Pedrito, em Itaqui, em São Borja. Por outro lado, em fortes, em quartéis, em postos de guarda das fronteiras, em arranhamento de militares, tiveram, muitas vezes, a sua origem os núcleos urbanos da região. É este o caso de Bagé, de Uruguaiana, de Santana do Livramento, de Itaqui, de São Gabriel, de Jaguarão. Ou foram fundadas por um chefe guerreiro, como Alegrete, fundada por José de Abreu, Barão de Cêrro Largo, marechal e estancieiro; Quaraí, pelo general Soares d'Andréa, Barão de Caçapava; Dom Pedrito, por Hermes da Fonseca, capitão de artilharia. (Hemetério Veloso, apud Oliveira Viana, ob. cit.)

O sentido do oeste.

Na sua irradiação sulina, os paulistas revelaram uma acentuada tendência para o oeste, na direção dos vales do Paraná e do Uruguai, certamente tendo por objetivo a utilização dos férteis campos da região missioneira, também abundantes de gado, revelados pelos bandeirantes preadores de índios desde o século XVII, como referimos páginas atrás.

De fato, tais campos exerceram sobre os criadores paulistas a atração de um verdadei-

ro eldorado, patenteado neste «sentido do oeste» (em expressão de O. Viana), que redundaria na ocupação da região de Passo Fundo e na sua própria conquista pelos grupos belicosos de Santos Pedroso e Borges do Canto, no alvorecer do século XIX.

Depois de haverem fundado com suas correntes pastoris centros populacionais no Estado do Paraná, dêles os paulistas encetaram diligências no sentido de conseguirem veredas que facilitassem o trânsito para as Missões.

Atanagildo Pinto Martins

Nesta busca de comunicações com a região missioneira, os povoadores de Guarapuava, no Paraná, transpuseram o vale do Iguassú, descobrindo os campos de Palmas (Sta. Catarina), que recobrem grande parte do divisor Iguassú-Uruguaí. E, vão além, rompendo com a bandeira de Atanagildo Pinto Martins, em 1819, o planalto rio-grandense na região de Passo Fundo, onde vão assinalar, intervalos de matas, novas áreas campestres, recobrando o divisor Uruguai-Jacuí —: Os Campos do Meio (mun. de Passo Fundo).

Francisco Rocha Loires.

De Palmas, continuar-se-ia procurando comunicação com a região missioneira. Em 1845, Francisco Rocha Loires, pela linha de Nonoai obre novo caminho, mais direto e mais rápido, em direção às margens do Uruguai.

Já então, além de bastante trafegada a estrada de Atanagildo, os colonizadores dos campos de Vacaria, da corrente Sorocaba-Viamão, haviam, transpondo o Rio Pelotas, pelo passo do Barracão, desviado-se para oeste, espalhando currais e estâncias pelos campos que recobriam os divisores de água na região de Passo Fundo, de onde se irradiavam para Cruz Alta, Palmeira, Soledade, Nonoai.

De um modo geral, em seus primórdios, o povoamento da região serrana do Rio Grande do Sul, desde os campos de Vacaria aos bordos da região missioneira, é fruto da ação dos paulistas emigrados de São Paulo ou dos centros de colonização que fundaram, com suas correntes pastoris, no Estado do Paraná.

Prosseguindo sempre para oeste, chegam a Santo Angelo e daí atingem São Borja. Aqui, porém, já os haviam antecipado, grupos guerreiros de Santos Pedroso e Borges do Canto, conquistadores vindos do foco de Porto Alegre, em 1801.

De fato, por sua iniciativa, bandos de aventureiros da corrente que se difundira pelo vale do Jacuí resolvem expulsar os castelhanos do território das Missões, apossando-se dele e di-

vidindo proporcionalmente entre soldados e chefes. Achavam-se, então, as antigas aldeias dos Padres em verdadeiro estado de abandono, com uma densidade rara no mundo de 1/53 hab. km², aproximadamente (Artur Ferreira Filho: História do Rio Grande do Sul). Foram, assim, também os nossos criadores que levaram o povoamento a esta grande área de campinas fezzes do Rio Grande do Sul.

Súmula:

Destaca-se, portanto, o período colonial, a partir do início do século XVIII, como o da conquista e da expansão povoadora do Rio Grande, marcando-se por uma acentuada mobilidade, em que grupos estupendos de colonizadores paulistas projetam-se sobre o nosso interior, realizando uma extraordinária ação de desbravamento e conquista sertaneja, que culmina na colonização pastoril que se inaugura, então, nas nossas planícies campinosas.

Progressivamente, à medida que nos aproximamos do século XIX, esse espírito nômade se atenua, efetuando-se a sedentarização daqueles grupos instáveis em pequenos centros urbanos ou em grandes latifúndios criadores, disseminados pela larga superfície devastada pela intrepidez dos sertanistas de São Paulo.

Durante o século XVIII, assistimos aos paulistas enchendo de povoados, vilas e fazendas pastoris os campos da baixada litorânea, do Vião, das imediações do Guaíba e da Campanha.

Ao alvorecer do século XIX, prossegue a colonização de nossas áreas campestres com a ocupação dos campos do planalto, da região missioneira, completando-se, ainda, a ocupação efetiva da campanha.

II — Imigração e Colonização Ítalo-germânica: ocupação das áreas florestais.

Ao proclamar-se a independência do Brasil, o latifúndio pastoril nos campos constituía, porém, a quase única forma de ocupação econômica nas terras do Rio Grande, abandonando-se ao domínio incontestável dos incólas, suas enormes áreas florestais, que os luso-brasileiros apenas cruzavam com seus caminhos de gado e de tropas, sem os povoarem.

O século do Império abre, contudo, um período de transformações sensíveis na organização social e econômica do território rio-grandense, favorecida, agora, pelas novas condições políticas do país, emancipado da Coroa Portuguesa.

O espírito guerreiro e nômade continua a esmorecer, desaparecendo, quase por completo, na segunda metade do oitocentos, ao mesmo tempo em que se torna crescente a estabilização das nossas populações, rurais, com base no criatório.

Apesar disso, os períodos Imperial e Republicano não representam uma fase de estagnação da nossa massa populacional. Ao contrário, a colonização não só se intensifica nas áreas já penetradas, como se dilata, invadindo as terras florestais não desbravadas, numa expansão crescente. «Pode-se dizer que aquela maravilhosa irradiação dos sertanistas dos primeiros séculos não parou; prossegue, ao contrário, surda e imperceptível em muitos pontos, mas não menos incoercível e eficiente: o que lhe falta é, apenas, o estrondo, o movimento e a teatralidade das antigas bandeiras conquistadoras» (Oliveira Viana: População do Brasil Meridional).

Desta feita, não será o luso-brasileiro que irá travar a luta contra o sertão, levando a civilização às selvas gaúchas. Foram, principalmente, o alemão e o italiano que, ao lado do russo, do polaco, realizaram o desbravamento da floresta subtropical, substituindo-a por uma série de centros coloniais, onde se desenvolvem as práticas agrícolas e a industrialização de produtos derivados, sem que se possa esquecer a influência da exploração da erva mate nesse movimento.

Coube ao Governo Imperial a iniciativa de promover a colonização com imigrantes europeus, movendo-o a finalidade estratégica de garantir as rotas de comunicação terrestre que serviam aos traficantes de animal. E tanto que os primeiros centros coloniais foram todos estabelecidos em lugares onde os caminhos de tropas e de gados entravam ou saíam das selvas». (Waibel — Princ. da Colon. Européia no Sul do Brasil).

A década de 1820 assistiu a fixação dos primeiros imigrantes, todos de origem alemã, que começaram a sua radiação pelos vales e encostas florestais da serra. São Leopoldo, a primogênita das nossas colônias, fundada em 1824, no vale do Rio dos Sinos, constituiu-se a «célula-mater» da colonização teuta no sul do Brasil.

Mas foi em meados do século, serenados os ânimos que a Revolução Farroupilha sacudira, que se desenvolveu o movimento colonizador no Rio Grande do Sul. Surgiu Santa Cruz, em 1849, que se tornaria famosa como produtora de fumo, e Santo Ângelo em 1857, no vale do Jacuí. Núcleos estes que, juntamente com São Leopoldo, balizaram a encosta do planalto, servindo de ponto de apoio para a expansão dos alemães, que, partindo dos vales e terraços, sobem, espalhando-se lentamente pelas terras íngremes da «cuesta», transformando a grande zona de matas latifoliadas da encosta da serra numa área compacta de colonização germânica: Mundo Novo (Taquara 1846); Bom Princípio

(Montenegro 1846); Caí (São Sebastião do Caí 1848); Padre Eterno, 1850; Estrêla, 1853; Conventos, 1853; Teutônia, 1858; Candelária, 1863; Sinimbú, 1866; Arroio do Meio, 1869; São Lourenço, 1858, etc.

Os alemães não ultrapassaram, todavia, a cota dos 600 metros. As terras de pinhais do planalto foram ocupadas por imigrantes italianos. Na década de 1870, fixam-se «serra acima», nas selvas dos afluentes do curso superior do Taquari, entre os 600 e 800 metros, as colônias de Caxias (a pérola das colônias italianas), Garibaldi e Bento Gonçalves, já chamadas, com acerto, o «cerne» das colônias ítalo-rio-grandenses. Avolumou-se, rapidamente, a imigração italiana, propiciando a formação de novos núcleos nesta zona pioneira: Alfredo Chaves (Veranópolis), 1884; Antônio Prado, 1886; Guaporé, 1892, constituindo-se no planalto oriental, à semelhança do que ocorrera na encosta da serra com os alemães, uma zona característica de colonização italiana. (Ver Waibel, obra cit.).

Progressivamente, os colonizadores das selvas rio-grandenses foram ampliando o seu raio da ação, sendo importante salientar que, no declinar do oitocentos, mas mórmente ao alvorecer do século XX, as estradas de ferro, estendendo os seus trilhos, aliaram-se ao colono na tarefa de entrar nas matas, até há pouco negligenciadas.

Ao começar a República, surgiram em pequenas manchas de mata ao sul do Jacuí: Mariana Pimentel (com alemães e italianos); Barão do Triunfo (idem); São Feliciano, principalmente com poloneses. A oeste, no limite de vegetação de matas latifoliadas, foram criadas, predominantemente com italianos: Ernesto Alves (1890); Toroquá (1892); Jaguarí (1889), e São Vicente (1899). Por outro lado, saltando sobre os campos do planalto, já então coadjuvados pela ferrovia, não só alemães e italianos, mas polacos, russos e luso-brasileiros, buscam as terras florestais dos cursos superiores do Jacuí e do Ijuí.

Na década de 1890, assinalam-se: Ijuí, no vale do Ijuí (1890); Guaraní (1890), no vale do Comandá; Cêro Azul (1892); Panambi (1892), no alto Ijuí; Não-Me-Toque (1897) e General Osório (1898); Ibirubá, no alto Jacuí.

E quando a estrada de ferro, em 1910, avançou para o norte, concluindo a ligação São Paulo-Rio Grande, as matas marginais do alto Uruguai atraíram grande número de colonos. Além de Erechim, já iniciada em 1908, destacam-se, então, Santa Rosa (1915), Guaraní (1915), Guarita (1917).

Esta foi a última zona pioneira do Rio Grande do Sul. Com ela se completava a ocupação

do Estado, que, hoje, não dispõe mais de reservas florestais consideráveis.

Praticamente em um século, as suas antigas áreas florestais foram transformadas numa série de pequenas propriedades agrícolas, as nossas famosas colônias ítalo-germânicas.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Bernardes (Nilo): Colonização Européia no Sul do Brasil, in Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia, Ano 10, n.º 106, Janeiro-Fevereiro de 1956, e ano 10, n.º 109, julho-agosto de 1956.
- 2) Borges Fortes (General João): A Frota de João de Magalhães, in Terra Farroupilha, direção de Aurélio Pôrto. Ilustrada. Pôrto Alegre, 1937.
- 4) Ferreira Filho (Arthur): História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1957) Pôrto Alegre. Globo. 1958. 183 pgs. Ilustrado.
- 5) Lecocq Muller (Nice): Função Econômica da cidade de Sorocaba, in anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, págs. 343 a 389. Ilustrado. Rio, 1952.
- 6) Mello Franco (Afonso Arinos): Desenvolvimento da civilização Material do Brasil. 133 págs. Publicação do Ministério de Educação. Rio, 1944. Ilustrado.
- 7) Pôrto (Aurélio): História das Missões Orientais do Uruguai, 2a. parte, Vol. IV da série Jesuítas no Sul do Brasil, 462 págs. Livraria Selbach, Pôrto Alegre, 1954.
- 8) Pôrto (Aurélio): Terra Farroupilha — Parte Histórica, vol. comemorativo do 2.º Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul. 1737-1937. 280 págs. Ilustrado.
- 9) Prado Júnior (Caio): História Econômica do Brasil; Editôra Brasileira — 4a. edição. 348 págs. Ilustrado. S. Paulo, 1956.
- 10) Rambo (Pe. Balduino): A Fisionomia do Rio Grande do Sul. 2a. edição. 456 págs. Ilustrado. Pôrto Alegre, 1956.
- 11) Simonsen (Roberto): História Econômica do Brasil. Cia. Editôra Nacional, 3a. edição, 475 págs. Ilustrado. S. Paulo, 1957.
- 12) Velloso (Hemetério): As Missões Orientais e seus Antigos Domínios. Ilustrado. 1 mapa. P. Alegre, 1910.
- 13) Viana (Oliveira): Populações Meridionais do Brasil. Rio. José Olímpio, 1952. Dois volumes Ilustrados.
- 14) Viana (Oliveira): Evolução do Povo Brasileiro, 4a. ed. Rio, José Olímpio, 1956, 3-3 pp. Ilustrado.
- 15) Waibel (Leo): Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Ano XI, n.º 2, abril a julho, págs. 159 a 222. Ilustrado com mapa. Rio, 1949.